QUANDO A INFÂNCIA NARRA O SEU TERRITÓRIO: MULTIALFABETIZAÇÕES E RESISTÊNCIA NO COTIDIANO DAS FEIRAS LIVRES

Letícia Souza Oliveira, Maria Angélica Gomes Maia, Alessandra Aparecida Guadagnin.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, souzoleticia@gmail.com, mamaia@univap.br, aleaguadagnin@gmail.com.

Resumo

A feira livre transcende o comércio local e se consolida como um território pedagógico vivo, repleto de trocas simbólicas e experiências sociais. O presente artigo analisa a relevância do conhecimento empírico derivado desse espaço para a construção de significados territoriais e o desenvolvimento do pensamento crítico em estudantes da Educação Infantil. Investiga-se como a observação atenta das barracas de brinquedos, das dinâmicas de consumo, das relações de poder e da pluralidade cultural atua como disparador para uma práxis pedagógica emancipatória. A fundamentação teórica articula os multiletramentos em Frade et al. (2018), a pedagogia da autonomia em Freire (1996), a interdisciplinaridade em Fazenda (1992) e as reflexões sobre a linguagem escrita e as trocas simbólicas em Smolka (1993), além das críticas de Kramer (2014) e Cecon e Jobim e Souza (2011) à mercantilização da infância. Metodologicamente, a pesquisa qualitativa e analítica combina revisão bibliográfica à vivência prática que culminou na confecção do livro autoral “A Feira da Nossa Turma”. Os resultados apontam que o território da feira problematiza o consumo e ressignifica a relação das crianças com a comunidade. Conclui-se que a ponte entre o saber popular e o conhecimento escolar fortalece a resistência à lógica mercantil e fomenta o protagonismo, a autonomia e a consciência crítica discente.

Palavras-chave: Alfabetização Crítica. Multiletramentos. Território.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas - Educação.

Introdução

A construção do conhecimento pedagógico atinge maior densidade quando se articula diretamente com as vivências sociais e culturais dos estudantes. Como ressalta Freire (1996), a prática educativa progressista exige o respeito e o aproveitamento dos saberes socialmente construídos pelos educandos no seu cotidiano empírico. A feira livre manifesta-se como um território urbano singular, caracterizado pela diversidade de sujeitos, trocas econômicas e manifestações simbólicas. No entanto, o conhecimento empírico que os alunos constroem ao transitar por esse espaço frequentemente permanece marginalizado nas práticas escolares tradicionais.

A problemática central deste estudo reside em compreender de que maneira o empirismo vivenciado nas feiras livres, em especial na interação com as barracas de brinquedos e suas dinâmicas de consumo, pode ser transformado em matéria-prima para o enquadramento crítico no ambiente escolar, no que diz respeito à relevância dos espaços urbano e rural. Como alertam Cecon e Jobim e Souza (2011), as crianças estão imersas em uma cultura de consumo agressiva, na qual objetos e brinquedos atuam como mediadores das relações sociais. As barracas de brinquedos na feira constituem polos de atração e tensão, expostas a assimetrias econômicas, apelos mercadológicos e relações de poder.

A justificativa para esta abordagem fundamenta-se na necessidade de promover o letramento territorial e a interdisciplinaridade abordada por Fazenda (1992), contextualizando que os saberes aprendidos na prática social são constitutivos da identidade e do pertencimento do discente. Além disso, conforme aponta Kramer (2014), a escola deve se constituir como um espaço de preservação cultural e de resistência à mercantilização da infância. A problematização do consumo e da pluralidade cultural da feira em sala de aula permite a transição do estudante de uma postura contemplativa para uma postura analítica, participativa e propositiva, dando voz aos saberes oriundos das crianças.

Diante do exposto, o objetivo principal deste artigo é analisar como o conhecimento empírico sobre a organização da feira livre e as barracas de brinquedos contribui para a construção de significados territoriais, estimulando o debate crítico sobre espaços, poder e diversidade cultural na Educação Infantil.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-analítica, configurada como um estudo de intervenção pedagógica ancorado nos princípios da pesquisa-ação no campo da Educação Infantil. O percurso metodológico compreendeu uma sequência de ensino-aprendizagem fundamentada na Pedagogia de Projetos, desenvolvida a partir do território e do cotidiano da feira livre como elemento disparador de práticas pedagógicas interdisciplinares e emancipatórias.

A intervenção dividiu-se em ciclos espirais contínuos de observação, planejamento, ação e reflexão, articulados ao longo das seguintes etapas integradas: mapeamento e contextualização dos conhecimentos prévios das crianças sobre a feira livre mediante rodas de conversa e análise de imagens; expressão corporal e musicalização por meio de brincadeiras de roda e ritmo; problematização dos papéis sociais de produtor, vendedor e consumidor a partir do trajeto biológico e comercial das mercadorias; e construção coletiva da feira em sala de aula, incentivando o protagonismo e a autoria infantil na utilização de cédulas monetárias simbólicas, mercadorias dos cantinhos pedagógicos e desenhos autorais de produtos idealizados pelos alunos.

Sequencialmente, realizou-se a organização espacial do ambiente com a confecção de placas e precificação simbólica não reduzida ao cálculo formal; a vivência da brincadeira de faz de conta com jogos de papéis de compra e venda mediados por perguntas problematizadoras; e a ampliação de repertório cultural por meio do recurso narrativo "Do Campo para a Feira", explicitando a cadeia produtiva e o trabalho humano associado à produção e à comparação com os diferentes tipos de colaboração social. O processo contou ainda com a iniciação ao letramento e o desenvolvimento do pensamento crítico via narrativa "Encontre meu espaço", que estimulou a investigação e a checagem de fatos; a execução de circuito motor coordenado com desafios práticos do universo da feira; e a documentação pedagógica final com a produção do livro autoral "A Feira da Nossa Turma". A produção de dados ocorreu de forma processual e participante mediante diário de campo com anotações reflexivas do docente-pesquisador, registro fotográfico e análise das produções gráficas infantis.

Resultados

A análise da literatura e dos registros de campo confirma que a feira livre funciona como um microssistema social dinâmico e potencialmente pedagógico. A observação empírica realizada durante as etapas do projeto revelou a coexistência de múltiplas linguagens e lógicas de organização do espaço urbano, exigindo uma postura e um olhar rigorosamente interdisciplinares, conforme preconiza Fazenda (1992).

A partir do registro visual e da vivência das crianças, observou-se que as relações de compra e venda transcendem a simples troca econômica; elas expressam estratificações sociais, papéis dos sujeitos (produtor, vendedor e consumidor) e estratégias de mercado. Essa vivência empírica serviu como disparador pedagógico para a reconstrução simbólica e autoral do tema em sala de aula. Na etapa de representação gráfica, ilustrada na Figura 1, os estudantes foram incentivados a desenhar livremente elementos que remetessem às suas percepções da feira. Essa escolha metodológica preservou a imaginação e a autoria infantil, permitindo a expressão crítica sobre o valor e a função social dos objetos, em consonância com Kramer (2014).

Figura 1 - Alunos elaborando registros gráficos e representações autoriais da feira livre.



Fonte: Autores (2026).

A culminância do percurso prático desdobrou-se na simulação da feira no ambiente escolar. Conforme demonstrado na Figura 2, as crianças vivenciaram ativamente os papéis sociais de vendedores e compradores, manipulando os materiais e produtos organizados nas barracas da turma. O jogo de faz de conta e as trocas simbólicas permitiram problematizar o consumo e reconfigurar a relação do estudante com o seu espaço, reforçando a escola pública como lócus de preservação cultural, resistência e emancipação discente.

Figura 2 - Alunos vivenciando a simulação da feira livre em sala de aula com os materiais.



Fonte: Autores (2026).

Discussão

A conversão do saber empírico em conhecimento elaborado encontra sustentação nos princípios da pedagogia dos multiletramentos. Como destacam Frade et al. (2018), as práticas letradas e a produção de sentidos estão ancoradas nos suportes, gestos e territórios em que os sujeitos se movimentam. A feira livre deixa de ser apenas um local de compras para tornar-se um espaço educativo de interação e de leitura do mundo.

Sob a ótica de Gomes et al. (2024), a reflexão sobre o consumo nas barracas de brinquedos exige o exercício do enquadramento crítico. As crianças, ao analisarem o próprio empirismo, passam a compreender que o brinquedo na feira carrega significados culturais, econômicos e ideológicos. Nesse

processo, a escrita e a oralidade não ocorrem de forma isolada do contexto social. Conforme explicitado por Smolka (1993, p. 61):

> **[...] é uma consequência de múltiplos e complexos processos cognitivos que os sujeitos experimentam [...] se processa no jogo das representações sociais, das trocas simbólicas, dos interesses circunstanciais e políticos; é permeada pelos usos, pelas funções e pelas experiências sociais de linguagem.**

Sob a perspectiva de Smolka (1993) articulada às contribuições de Gomes et al. (2024), a análise das barracas da feira livre e a confecção do livro da turma expõem as crianças ao jogo das representações e dos interesses de consumo, permitindo o exercício do enquadramento crítico. Esse debate permite desnaturalizar o ato de consumir, questionando as assimetrias de acesso e as pressões sociais impostas pela cultura de mercado e o mercantilismo presente em diferentes espaços de interação social.
Dessa forma, o conceito de letramento territorial consolida-se na capacidade de ler as relações de poder stampedas na organização do espaço público. O discente deixa a posição de mero espectador contemplativo para atuar como um analista de seu território, percebendo a feira como um espaço de disputa, identidade e diversidade cultural.

Conclusão

O estudo demonstra que o conhecimento empírico derivado da dinâmica da feira livre constitui um disparador potente para a promoção do pensamento crítico, da autoria e da autonomia na Educação Infantil. A articulação intencional entre a vivência territorial e a mediação pedagógica permitiu problematizar as relações de consumo, as assimetrias de poder e a pluralidade cultural de forma viva e contextualizada, superando abordagens curriculares meramente prescritivas, desfragmentadas e desvinculadas da realidade do cotidiano do discente.

Constatou-se que a reconstituição reflexiva do ambiente da feira em sala de aula, operacionalizada pela criação autoral das cédulas simbólicas, pelo jogo dramático de papéis e pela checagem investigativa promovida na narrativa de investigação e classificação, atuou como um efetivo contra-dispositivo à passividade imposta pela cultura de mercado. A confecção coletiva do livro "A Feira da Nossa Turma" promoveu esse percurso ao materializar a documentação pedagógica e registrar o protagonismo infantil em suas múltiplas linguagens.

Sob a fundamentação teórica mobilizada, a superação da postura contemplativa ocorre na medida em que a criança deixa de ser vista como consumidora passiva e passa a atuar como produtora de cultura e sujeito de direitos, viabilizado pela construção de processos mentais elevados. A imersão crítica no território da feira, respaldada na leitura de mundo freireana Freire, (1996), nas trocas simbólicas discursivas de Smolka (1993) e na preservação da infância contra a lógica mercantil proposta por Kramer (2014), permite ao discente desnaturalizar as assimetrias do espaço urbano e compreender a feira como uma arena dinâmica de disputa, identidade e diversidade cultural. Ao integrar o conhecimento cotidiano ao rigor reflexivo da mídia-educação e da pedagogia dos multiletramentos Frade et al., (2018); Gomes et al., (2024), a escola pública cumpre o seu papel emancipatório de formar sujeitos capazes de compreender, questionar e ressignificar os territórios em que estão inseridos

Referências

CECON, Cláudia; SOUZA, Solange Jobim e. A Criança e a Cultura de Consumo: Desafios Contemporâneos para a Educação. In: SOUZA, Solange Jobim e (Org.). **Infância e contemporaneidade:** brinquedo, cinema e mídia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011. p. 45-62.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro.** São Paulo: Loyola, 1992.

FRADE, I. C. A. S.; ARAÚJO, M. L. A.; GLÓRIA, J. A. Práticas de leitura e escrita em ambientes digitais: suportes, gestos e multimodalidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-22, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, F. A.; FONTINELE, F. C.; NASCIMENTO, J. M. A pedagogia dos multiletramentos e a BNCC: desafios e perspectivas para a formação do leitor crítico. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, v. 29, n. 2, p. 105-124, 2024.

KRAMER, Sonia. **A infância e a escola como áreas de preservação cultural e resistência à mercantilização.** Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

SMOLKA, Ana Luíza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Agradecimentos

Agradeço à equipe gestora, aos professores regentes e aos funcionários da EMEI Ângela de Castro pelo acolhimento, pela parceria e pela escuta sensível que viabilizaram a construção desta intervenção no chão da escola pública. Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), pela oportunidade formativa indispensável e pelo suporte à iniciação docente de qualidade. À minha orientadora, Maria Angélica Gomes Maia, pela condução generosa, pelo diálogo constante e pelo incentivo à pesquisa crítica comprometida com as infâncias e seus territórios. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.